tem o apoio, não tem o respaldo, da comunidade escolar, das comunidades acadêmicas.

Foi um projeto implantado exatamente para rebaixar o nível de aprendizagem dos nossos alunos, um projeto encomendado naquele projeto, "a ponte para o futuro", que veio junto com a famigerada reforma trabalhista, com a emenda constitucional que impôs o teto de gastos, ou seja, o congelamento dos investimentos por mais de 20 anos no Brasil.

Foi naquela conjuntura que esse projeto de novo ensino médio, que foi na verdade organizado e idealizado pelas fundações empresariais, como a Fundação Lemann, Fundação Itaú, e tantas outras.

Foram elas que idealizaram esse projeto de rebaixamento da aprendizagem dos nossos alunos. Então hoje vai ser uma audiência importante sediada na Assembleia Legislativa, com a participação de alunos, entidades, pais de alunos, professores, parlamentares que tenham interesse em debater esse tema.

Logicamente que, como eu disse, a nossa posição é totalmente contrária: nós lutamos pela imediata revogação dessa famigerada e nefasta reforma do ensino médio. Então vai ser hoje, às 19 horas e 30 minutos, no Auditório Franco Montoro. Vai ser televisionada, logicamente, mas é importante a participação de todos.

Quero também, Sr. Presidente, manifestar aqui nosso total repúdio e nossa indignação com o que está acontecendo em Brasília com os ataques do centrão, com os ataques da bancada do desmatamento, do agronegócio, que tenta agora esvaziar as funções elementares de dois ministérios importantes no Brasil: o Ministério do Meio Ambiente e o Ministério dos Povos Indígenas, da ministra Marina Silva e da ministra Sonia Guajajara. É um absurdo o que estão fazendo.

O Brasil está sendo novamente atacado por esses grupos de extrema direita que fizeram, que atacaram o meio ambiente na gestão do governo de extrema direita, do governo Bolsonaro, e agora querem continuar destruindo o meio ambiente, enfraquecendo órgãos, sobretudo esses dois ministérios, esvaziando as suas funções.

Nós temos que reagir, o povo tem que ir às ruas, os movimentos sociais, para barrar essa tentativa de retrocesso. Ontem, eles aprovaram requerimentos, aprovaram projetos relacionados ao marco temporal, a um projeto, uma medida, que vai facilitar ainda mais o desmatamento da mata atlântica. Isso foi aprovado ontem no Congresso Nacional. Ontem foi um dia de grandes retrocessos para a área ambiental, para os povos indígenas, e tem que ter reação das ruas.

Tem que ter reação do próprio Governo Federal, que tem que reagir com mais firmeza. Tenho que registrar aqui nossa revolta com a aprovação do arcabouço fiscal, porque esse arcabouço fiscal que foi aprovado, na verdade, o projeto original já era ruim; agora, ele foi piorado, porque o centrão, justamente com a extrema direita e outros setores, introduziram, por exemplo, no arcabouço fiscal o Fundeb. O Fundeb vai ficar limitado no seu funcionamento. O Fundeb foi golpeado nessa lei que foi aprovada na Câmara dos Deputados.

Os pisos do Magistério e da Enfermagem também, que foram duas conquistas históricas importantes, uma em 2008 e uma agora. Nós aprovamos dois pisos: o piso nacional do Magistério e também o piso da Enfermagem, ambos ficarão comprometidos e prejudicados com a aprovação do arcabouço fiscal.

E tem mais, os reajustes dos servidores públicos do Brasil também estarão comprometidos e limitados com essa nova lei. Por isso que a nossa bancada no Congresso Nacional, o PSOL, votou contra o arcabouço fiscal por conta desses elementos e de outros também.

Mas, sobretudo, esses foram determinantes porque nós não podemos congelar os investimentos na Educação Pública. O Fundeb não pode ter a limitação no seu financiamento porque a escola pública precisa de mais financiamento e não de menos, e não de limitação.

Ainda é possível mudar isso porque o projeto vai para o Senado. Essas medidas todas que eu citei também, elas ainda passam pelo Senado. Então, ainda há tempo para reversão, mas vai depender da mobilização da população. Temos que pressionar esse Congresso que hoje é dominado pelas bancadas do Centrão, bancadas do desmatamento por milicianos.

Então, o povo tem que pressionar, senão nós vamos ter muitas perdas nas áreas sociais, na Educação, na Saúde. E, sobretudo, nessa área do Meio Ambiente porque a bancada do desmatamento, que é o "Ogronegócio", ela está atuante e está vindo com tudo contra dois ministérios importantes, que têm feito um trabalho fundamental na defesa do meio ambiente e na defesa, sobretudo, dos povos indígenas.

Lembrando que até ontem nós tínhamos um genocídio de comunidades indígenas, genocídio que ganhou as páginas dos principais jornais do mundo, foi um escândalo. E agora essa sabotagem ao ministério comandado hoje pela indígena, que é deputada federal, a Sonia Guajajara.

Então, fica aqui, Sr. Presidente, a nossa manifestação contrária ao arcabouço fiscal, que prejudica o Fundeb, prejudica o piso nacional do Magistério, prejudica o piso da enfermagem, prejudica todos os servidores públicos do Brasil.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Era isso.

O SR. PRESIDENTE - REIS - PT - Muito bem. Estamos encerrando aqui o Pequeno Expediente e adentrando ao Grande Expediente.

* * *

- Passa-se ao

GRANDE EXPEDIENTE

* * *

O SR. PRESIDENTE - REIS - PT - Vamos à lista de oradores inscritos. Primeiro orador, deputado Alex Madureira. (Pausa.) Deputada Analice Fernandes. (Pausa.) Deputado Simão Pedro, tem V. Exa. o tempo regimental de dez minutos.

O SR. SIMÃO PEDRO - PT - SEM REVISÃO DO ORADOR - Muito obrigado deputado Reis, que preside esta sessão. Sras. Deputadas e Srs. Deputados, público que nos acompanha.

Sr. Presidente, me inscrevi aqui para falar hoje de um programa muito importante para a população brasileira, retomado pelo presidente Lula em seu governo no dia 14 de fevereiro, com anúncio desde lá da cidade de Santo Amaro na Bahia, onde o presidente esteve presente com governadores, prefeitos, liderança dos movimento sociais, que é o programa Minha Casa Minha vida, mais especificamente o novo Minha Casa Minha Vida.

Todo mundo se lembra da importância que teve esse programa nos governos Lula e Dilma lá atrás, que construiu e entregou para a população, principalmente a população de baixa renda, que é a grande parcela da demanda por moradias populares hoje no Brasil. Os governos Lula e Dilma entregaram mais de três milhões de unidades habitacionais.

A construção de uma moradia política habitacional popular, Sr. Presidente, ela além de garantir a dignidade, a proteção para que a família possa organizar as suas finanças, organizar o seu futuro, tem uma proteção que é fundamental à família.

Eu sempre escuto assim, fazendo um parênteses aqui, discurso de que eu defendo a família, defendo a família, mas nunca entendeu que defender a família, a família não pode passar fome, tem que ter emprego, trabalho, renda, a família tem que ter moradia para ter proteção, mas ignoram esses programas.

E o governo Lula, então, fez esse programa, ele foi um sucesso e ele também dinamiza o mercado da construção civil. Então, gera emprego direto, barato, rápido: pedreiros, carpinteiros, auxiliares, mestre de obras.

Sei da importância dessas profissões porque meu pai era carpinteiro, era agricultor no Paraná. Mas quando chegou aqui, meu pai era carpinteiro, senador Suplicy, um grande carpinteiro.

Tinha o segundo ano primário, mas ensinava para mim, para os meus irmãos, para as minhas irmãs Geometria, Matemática, era um mestre. E ele depois foi mestre de obras, estudou no Senai.

Eu frequentei muito as obras, ia levar comida para o meu pai, gostava de acompanhar. Então, esse mercado da construção civil, da construção de casas populares tem esse condão também de gerar emprego, trabalho, responder a uma grande demanda na sociedade por mais empregos.

Eu estou falando desse programa, vou falar aqui dos princípios básicos dele. Por que me inscrevi aqui? Porque o prefeito de São Paulo, Ricardo Nunes, foi à imprensa essa semana criticar o programa, dizendo que esse programa é inviável para as cidades grandes, como São Paulo, que esse programa não tem condições de atender a população, por exemplo, que as famílias que hoje recebem benefícios como o Bolsa Família, fez uma crítica muito pesada. E eu espero responder aqui rapidamente.

Então, esse programa pretende beneficiar, o novo programa anunciado pelo presidente Lula, Suplicy, famílias que têm renda até oito mil reais, mas priorizando, ou seja, 50% dos dois milhões de unidades habitacionais que foram anunciadas priorizando as famílias que ganham até 2.640, dois salários mínimos, na época.

Agora o salário mínimo subiu um pouco, que é a chamada faixa um. Depois a faixa 2, famílias que ganham de 2.640 até 4.400 de renda; e faixa 3, 4.400 até 8.000, mas a prioridade é para a população de baixa renda.

Essa situação habitacional, eu já falei aqui em outras ocasiões, por isso a importância desse programa, porque explodiu a crise habitacional nos últimos anos.

Primeiro porque o governo Bolsonaro ficou quatro anos, aliás o governo Bolsonaro vai passar pela história como um governante que não fez uma casa popular. Até a ditadura militar, lá nos anos 60, 70, fez os conjuntos habitacionais, Cohab 1, Cohab 2, Sapopemba, Adventista, Cidade Tiradentes, entregando milhares de moradias para a população naquela época que pressionava, porque a ditadura incentivou uma migração em massa para as grandes cidades, principalmente aqui para a região sudeste.

Os aluguéis eram caros, a vida estava muito difícil, então para dar uma amenizada, foram construídos aqueles conjuntos habitacionais no final dos anos setenta.

Mas o presidente que saiu não fez uma unidade habitacional e acabou com o Minha Casa, Minha Vida, então a crise aumentou. E muitos estados também não fizeram.

O governo Doria quase extinguiu a CDHU. Só tocou alguns projetos para famílias que tinham condições de acessar o mercado com as chamadas parcerias público-privadas para habitação, ou seja, a família tem que ter 40 mil para dar de entrada, não pode ter o nome sujo, tem que ter renda garantida. Então, fica muito difícil.

Mas a população que mais precisa é a população de baixa renda, a população desempregada. E essa crise fez com que nós chegássemos ao absurdo número de 281 mil pessoas morando nas ruas. Só em São Paulo são mais de 60 mil pessoas em situação de rua na capital, mas nem é mais o fenômeno do centro.

Hoje essa situação, essa realidade está espalhada. Cinco milhões e 900 mil famílias, hoje, não têm moradia própria; 24 milhões moram em moradias inadequadas; cinco milhões de famílias - às vezes é uma família ou mais morando em domicílio, nas chamadas comunidades.

Então o programa vem responder a essa demanda gigantesca que se acumulou e piorou nos últimos anos. Cinco linhas de ações. A primeira é subsidiar parcialmente a moradia para a família poder ter acesso, ou parcialmente, ou totalmente. Para a população de baixa renda, a possibilidade de subsídio é de até 95 por cento.

Mas também não é só construção de moradia. Para enfrentar essa demanda das moradias precárias, o Minha Casa, Minha Vida também pretende financiar nas áreas urbanas até 40 mil reais de subsídio para melhoria habitacional. Às vezes, para colocar parede, para melhorar o telhado, ou seja, melhorar a moradia, instalações elétricas, ampliação e assim por diante.

Lotes urbanizados e também regularização fundiária. Então o programa se ampliou, ele está muito melhor, senador Suplicy, do que foi o programa anterior, do ponto de vista de responder a essa realidade triste das moradias precárias.

Por que que eu falei aqui do Ricardo Nunes? Primeiro, o prefeito precisa entender o seguinte, quando ele faz essa crítica, ele está olhando pela lógica de quem tem dinheiro para comprar a moradia e uma lógica de mercado. É lógico que 170 mil, hoje, não constrói uma moradia em uma cidade como São Paulo, mas a prefeitura, pode entrar com terrenos.

Vou dar um exemplo no nosso governo. Eu fui secretário da gestão Haddad, V. Exa. também, V. Exa. se lembra de que nós pegamos os terrenos da Cohab em muitos bairros e fizemos o chamamento, entregamos para projetos do Minha Casa, Minha Vida, para as entidades construírem em mutirão.

Então, assim, isso barateia muito o preço de uma unidade. Uma unidade na Cidade Tiradentes, hoje, o terreno da prefeitura, construída através de autogestão, sai a 120 mil reais.

O subsídio que o governo federal está colocando, de 170 mil, é sim suficiente se a prefeitura fizer a parte dela. A prefeitura pode complementar com algum valor, 20 mil reais, 25 mil reais, 30 mil reais, o estado também pode entrar. Então, é sim viável fazer moradia com o Minha Casa, Minha Vida nas grandes cidades, com esse valor.

Outra crítica que o prefeito fez foi a seguinte: como é que vai se dar moradia para família de baixa renda que recebe o Bolsa Família? Prefeito, V. Exa. precisa entender que moradia é um direito, e tem uma questão social que precisa ser enfrentada.

Então, o subsídio de 95, 100%, é possível sim, é um direito, vai proteger a família, vai alavancar a construção civil, vai melhorar a arrecadação de impostos, nós vamos garantir dignidade para as pessoas, tirá-las das ruas.

Hoje não é mais aquela pessoa que mora na rua sozinha porque tem um problema de saúde mental, teve problema com drogas ou é ex-presidiário, que, Suplicy, V. Exa. se lembra de quando andávamos ali, na Cracolândia, muitos daqueles usuários eram pessoas que saíram do sistema prisional e, não tendo oportunidade, acabavam voltando para uma situação caótica em sua vida.

Mas hoje são muitas famílias. É possível a gente ver crianças, cachorro, juntos com a família, morando nas ruas, então, acima de tudo, é uma questão social e é possível, sim, a gente contemplar as famílias que são beneficiárias de programas sociais com uma casa, para que elas possam ter uma oportunidade de ter uma perspectiva de futuro, para ter proteção, porque isso sim ajudou milhões de famílias no Brasil.

É uma política de Estado e é por isso que eu venho aqui respaldar e apoiar esse programa. Semana passada, o relator da medida provisória que cria o programa, deputado Marangoni, aqui do ABC, fez uma audiência pública aqui na Casa para ouvir os movimentos sociais, ouvir as prefeituras, as empresas, os interessados.

Eu pude estar lá e participar. O deputado estava lá também, o nosso presidente da Comissão de Habitação. E nós demos essa sugestão, do programa que, se tiver que fazer alguma unificação, não mexer no centro.

Porque os princípios, os objetivos, os números, essa distribuição das faixas, do nosso ponto de vista, está bastante adequado. Por isso, o nosso apoio a esse programa.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - REIS - PT - Muito bem. Seguindo na lista, o próximo orador, deputado Caio França. (Pausa.) Deputada Paula da Bancada Feminista. (Pausa.) Deputado Vitão do Cachorrão. (Pausa.) Deputado Guilherme Cortez. (Pausa.) Deputada Dani Alonso. (Pausa.) Deputado Dr. Elton. (Pausa.) Deputado Eduardo Matarazzo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY - PT - SEM REVISÃO DO ORADOR - Caro presidente Paulo Reis, caro deputado Simão Pedro, Sras. Deputadas, Srs. Deputados.

Hoje é Dia da Indústria. O presidente Lula e o vice-presidente Geraldo Alckmin publicam, nesse dia, um importante artigo sobre a neoindustrialização para o Brasil que queremos.

Às 17 horas desta tarde, o presidente Lula estará na sede da Fiesp, lá no Teatro Sesi, na avenida Paulista, onde irá dialogar e irá apresentar algumas proposições relativas à industrialização no Brasil.

Mas eu avalio que será importante a leitura deste artigo, que sintetiza muito do que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e Geraldo Alckmin, vice-presidente, ali anunciarão.

"Nos últimos anos a indústria brasileira tem enfrentado dificuldades de crescimento, com uma participação cada vez menor no PIB. A desindustrialização precisa ser interrompida, para que geremos mais empregos de qualidade.

A exportação de matérias-primas é importante, mas, em que pese o crescente conteúdo tecnológico associado, é mais vulnerável aos ciclos de preços internacionais.

Uma economia baseada no conhecimento depende de recuperarmos nosso setor industrial, em benefício também de nossa soberania em setores como saúde, comunicações, defesa e energia.

No entanto, estamos perdendo a corrida da sofisticação produtiva. Décadas atrás, éramos o 25º país em complexidade de nossa economia. Hoje, estamos ao redor da 50ª posição.

Países como a China fizeram o caminho inverso: ela se tornou competitiva em setores de ponta, transformou-se numa economia que já é mais complexa que a da Dinamarca e, neste percurso, levantou centenas de milhões de trabalhadores da pobreza. No Brasil, a renda do trabalho teve uma queda de 2% em 2022, atingindo o menor valor em dez anos.

A neoindustrialização brasileira requer iniciativa, planejamento e gestão. Nossa diversificação precisa ser criteriosa, a partir dos setores em que já temos know-how, na direção daqueles que podem gerar maior valor adicionado e nos quais temos capacidade de ser competitivos.

Precisamos de uma política industrial inteligente, para o novo momento da globalização, em que mesmo países mais liberais investem em conteúdo nacional: seja para a construção de cadeias produtivas mais resilientes a choques, como a que provocou escassez de insumos na pandemia; seja para dar conta do imperativo da mudança climática, a corrida espacial do nosso tempo.

Fazer política industrial não é questão de "sim ou não", mas de "como". Nesta tarefa, será fundamental a escuta da sociedade por meio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial - CNDI -, reativado. Deste fórum, sairão as missões a serem dadas à indústria, que ajudarão o País em carências como na Saúde e na Defesa.

Estas se somarão a outras medidas, como o novo Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Semicondutores - Padis - e o programa de enfrentamento ao custo Brasil. Para estes fins, estamos resgatando ainda a política comercial, que complementa a política industrial. Enquanto esta trata da produção, aquela promove sua vazão.

Oportunidades comerciais se abrem para uma potência verde como nosso País. A redução do uso de combustíveis fósseis na indústria automotiva se dará com o carro elétrico, mas também com biocombustíveis. Podemos exportar carros ou motores flex para mercados aptos a usar etanol na Ásia, na África e na América Latina.

Precisamos reanimar o comércio dentro do nosso continente e com a Costa Atlântica da África, regiões para onde, num passado recente, exportamos mais produtos industrializados; e explorar nichos abertos pelo crescimento, na Ásia, de países como Índia, Indonésia e Vietnã, assim como numa China que hoje não só exporta muito, mas estimula um florescente mercado interno com poder aquisitivo cada vez maior - possível destino para nossos cosméticos e alimentos.

Há, ainda, oportunidades com o retorno do Brasil ao mapa de investimentos internacionais, aproveitando vantagens em energias renováveis. Com quase 90% da nossa matriz elétrica limpa e expansão da energia eólica e solar, devemos focar em atrair investimentos verdes.

A força do nosso agronegócio, por sua vez, permite criar uma cadeia de suprimentos que reduza nossa dependência externa com o Plano Nacional de Fertilizantes, estimular a agroindústria e financiar as exportações de maquinário agrícola e de novas tecnologias que estão surgindo no Brasil para atender o campo.

Para a neoindustrialização, necessitamos também de políticas horizontais - como uma tributação eficiente e justa. É a reforma tributária, para destravar, desburocratizar e simplificar processos que prejudicam a indústria.

A reforma, desenhada para reduzir a cumulatividade e os conflitos, estimulará o investimento privado, elevará as exportações nacionais, combaterá as distorções alocativas e melhorará o ambiente de negócios, reduzindo o custo Brasil.

Temos de facilitar o acesso ao capital, reduzindo seu custo, para que os empreendedores possam criar e expandir os seus negócios. O governo está fazendo sua parte com o novo arcabouço fiscal, reforçando a estabilidade e a previsibilidade em nossa economia.

Por fim, buscamos investir nas pessoas, afinal a indústria só prosperará com capital humano bem formado. Por isso, celebramos os investimentos no novo Bolsa Família, que passa a privilegiar mais as crianças; na Educação básica, que ruma para o ensino integral; e na valorização do salário mínimo.

A indústria será, nos próximos anos, o fio condutor de uma política econômica voltada para a geração de renda e de empregos mais intensivos em conhecimento, inclusive no setor de serviços, e de uma política social que investe nas famílias - trabalhadores de hoje e de amanhã. O Brasil de novo se volta para um futuro de inclusão social e crescimento econômico com empregos de qualidade."

Assim concluem o presidente Lula e o vice-presidente Geraldo Alckmin neste artigo, no "Estadão" de hoje.

Eu quero aqui transmitir a ambos que avalio que, em uma oportunidade como esta, de diálogo com os empresários do setor industrial, será muito importante que esteja o presidente da República, com Geraldo Alckmin ao lado, expressando o quão importante é que o Brasil caminhe aceleradamente para a oportunidade de caminharmos para a obtenção da realização da proposta da renda básica de cidadania até chegar a sua universalidade e incondicionalidade porque, aí sim, teremos a garantia de que toda e qualquer pessoa - não importa sua origem, raça, sexo, idade, condição civil ou mesmo socioeconômica - venha de fato a ter uma renda suficiente para atender as suas necessidades vitais.

Muito obrigado, presidente Reis.

O SR. EDUARDO SUPLICY - PT - Sr. Presidente, havendo acordo de todas as lideranças, sugiro o levantamento da sessão.

O SR. PRESIDENTE - REIS - PT - É regimental o requerimento de Vossa Excelência. Sras. Deputadas e Srs. Deputados, havendo acordo de lideranças, esta Presidência, antes de dar por levantados os trabalhos, convoca V. Exas. para a sessão ordinária de amanhã, à hora regimental, sem Ordem do Dia.

Está levantada a sessão. Tenham todos uma boa tarde.

* * *

- Levanta-se a sessão às 15 horas e 27 minutos.

* * *

26 DE MAIO DE 2023
48ª SESSÃO ORDINÁRIA

Presidência: EDIANE MARIA e REIS

RESUMO

PEQUENO EXPEDIENTE
1 - EDIANE MARIA
Assume a Presidência e abre a sessão.
2 - PAULA DA BANCADA FEMINISTA
Por inscrição, faz pronunciamento.
3 - LUIZ CLAUDIO MARCOLINO
Por inscrição, faz pronunciamento.
4 - CARLOS GIANNAZI
Por inscrição, faz pronunciamento.
5 - EDUARDO SUPLICY
Por inscrição, faz pronunciamento.
6 - REIS
Por inscrição, faz pronunciamento.
7 - SIMÃO PEDRO
Por inscrição, faz pronunciamento.
8 - REIS
Assume a Presidência.
9 - EDIANE MARIA
Por inscrição, faz pronunciamento.
10 - EDIANE MARIA
Para comunicação, faz pronunciamento.
11 - EDUARDO SUPLICY
Para comunicação, faz pronunciamento.
12 - PRESIDENTE REIS
Endossa o pronunciamento da deputada Ediane Maria.
13 - CARLOS GIANNAZI
Por inscrição, faz pronunciamento.
GRANDE EXPEDIENTE
14 - EDUARDO SUPLICY
Pelo art. 82, faz pronunciamento.
15 - CARLOS GIANNAZI
Pelo art. 82, faz pronunciamento.
16 - CARLOS GIANNAZI
Solicita o levantamento da sessão, por acordo de lideranças.
17 - PRESIDENTE REIS
Defere o pedido. Convoca os Srs. Deputados para a sessão ordinária do dia 29/05, à hora regimental, sem Ordem do Dia. Levanta a sessão.
* * *
- Assume a Presidência e abre a sessão a Sra. Ediane Maria.
* * *
- Passa-se ao

PEQUENO EXPEDIENTE

* * *

A SRA. PRESIDENTE - EDIANE MARIA - PSOL - Presente o número de Sras. Deputadas e Srs. Deputados, sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos. Esta Presidência dispensa a leitura da ata da sessão anterior e recebe o expediente.

Passamos agora ao Pequeno Expediente. Chamamos os oradores inscritos. Deputado Paulo Fiorilo. (Pausa.) Deputada Paula da Bancada Feminista. Tem V. Exa. a palavra pelo tempo regimental.

A SRA. PAULA DA BANCADA FEMINISTA - PSOL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Boa tarde, Sra. Presidenta, boa tarde aos deputados aqui presentes, aos trabalhadores e trabalhadoras desta Casa, também as pessoas que nos acompanham, especialmente pela Rede Alesp.

Vim aqui dizer, Sra. Presidenta, que esta semana infelizmente não foi uma semana fácil para aqueles que sonham com um Brasil melhor, com um mundo melhor, que respeite as suas terras, que respeite o seu povo. Não foi uma semana fácil porque no Congresso Nacional muitas coisas aconteceram, que impactam diretamente a população paulista.

Aconteceu, por exemplo, que foi instalada a CPI do MST, e essa CPI é um grande ataque, não só pela sua composição, não só por ter Ricardo Salles, destruidor do Meio Ambiente, que passou o trator e a boiada no Meio Ambiente quando era ministro do desgoverno Bolsonaro, mas também porque o MST é um movimento que há 40 anos luta para que a Constituição brasileira seja respeitada, para que a função social da propriedade seja garantida e seja respeitada no nosso país.

Na pandemia, por exemplo, o MST distribuiu 8,5 mil toneladas de alimentos para as pessoas em situação de vulnerabilidade. Distribuiu também mais de dois milhões de marmitas para as pessoas que passavam fome, em situação de insegurança alimentar durante a pandemia.

E o maior problema é que essa CPI instalada no Congresso Nacional não joga luz aos principais problemas que devem ser discutidos, sob o ponto de vista agrário no nosso país.

Por exemplo, o problema do desmatamento, que, infelizmente, aumentou muito nos últimos anos no Brasil. A grilagem de terras, as queimadas, que acontecem não só na região amazônica, mas em toda a nossa floresta protegida.

A escravidão contemporânea, tema sobre o qual eu falo muito aqui. Inclusive deixo, novamente, registrado o fato de que o Brasil, no ano de 2023, infelizmente, já atingiu o recorde de registros de escravidão contemporânea nas nossas terras.

O que nós precisamos, e o que efetivamente o Congresso Nacional deveria estar preocupado, é em debater os reais problemas da nossa sociedade, como, por exemplo, a fome.

Falo a fome porque 125 milhões de pessoas, aproximadamente, estão em situação de insegurança alimentar no nosso País e o MST é um movimento que se preocupa em colocar comida de qualidade na casa e no prato das pessoas.

Então deixo aqui o meu abraço aos lutadores e lutadoras do MST para dizer que a CPI acontece no Congresso Nacional, mas desde aqui, em São Paulo, desde aqui na Alesp, vocês têm, sem nenhuma dúvida, um ponto de apoio, de solidariedade e de resistência para lutar com vocês, para enfrentar mais essa CPI que não foi a única, infelizmente, mas que será derrotada no Congresso Nacional.

Quero dizer também sobre outros dois temas, Sra. Presidenta, que infelizmente foram aprovados no Congresso Nacional. O requerimento de urgência para o PL 490, que é o PL do marco temporal, que estabelece, na verdade, um marco temporal para a demarcação das terras indígenas, algo que é completamente descabido quando a gente pensa na proteção dos povos indígenas, na demarcação, na luta, na história.

Inclusive antes da Constituição de 1988, que não é marco temporal para absolutamente nada para determinar a luta dos povos indígenas no nosso País e, pior do que tudo isso, também regulamenta e garante a exploração por meio do garimpo nas terras indígenas. E nós sabemos o que o garimpo faz nas terras indígenas.

Todo mundo, em janeiro desse ano, assistiu assustado à situação do povo Yanomami e viu que, infelizmente, o garimpo leva a doença, leva a fome, leva a exploração para os povos indígenas, que deveriam ser respeitados aqui na nossa sociedade.

E também a tentativa de ataque e destruição do Ministério dos Povos Indígenas e do Ministério do Meio Ambiente, que vêm passando por uma tentativa de desmonte também por parte do Congresso Nacional e de não reconhecimento das suas atribuições.

Quero deixar registrado que deve ser atribuição do Ministérios dos Povos Indígenas o reconhecimento e a demarcação das terras indígenas do nosso País, porque quem sofreu isso, quem luta tanto por esse reconhecimento, há tantos e tantos anos, deve ter esse direito respeitado.